

• Política

ANC 6

CONSTITUINTE

Votações atrasam e cronograma fica comprometido

Menos de 2% do projeto de Constituição foi votado até a sessão de ontem da Comissão de Sistematização da Constituinte. Foi a sexta sessão seguida de votações. Os 98% que faltam precisam ser votados até daqui a oito dias, para que o projeto chegue ao plenário no dia 12 de outubro.

Pelo cronograma traçado antecipadamente pela Comissão de Sistematização, já deveriam ter sido votados 162 dos 319 artigos do projeto. A sessão marcada para hoje às 14 horas começará a votar o parágrafo 13 do artigo 5º do projeto, que trata dos direitos individuais e coletivos.

Estão pela frente as votações das mais importantes polêmicas da Constituinte, a começar pelos direitos dos trabalhadores, o título do projeto que vem depois do que está sendo votado, o título II, dos direitos e liberdades fundamentais.

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que coordena as votações em nome da liderança do PMDB na Constituinte, não está pessimista quanto ao cumprimento do cronograma. A partir de hoje, os líderes partidários reúnem-se todas as manhãs para decidir em conjunto fórmulas destinadas a acelerar as votações. A principal é a retirada de parte dos milhares de pedidos de destaques para a votação de emendas.

Jobim tem outras duas razões para acreditar que a partir de agora as votações deverão acelerar-se: o painel eletrônico da Câmara finalmente deverá ser consertado e as sessões da Comissão de Sistematização deverão começar a ser presididas por revezamento de dois novos vice-presidentes escolhidos pelos líderes, Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e Jarbas Passarinho (PDS). Cardoso e Passarinho têm muita familiaridade com o processo legislativo e poderão evitar que as votações emperram por questões regimentais.

Ontem, o presidente da comissão, senador Afonso Arinos, anunciou que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, trabalhará a partir de agora com o auxílio de três relatores adjuntos: o senador José Fogaça (PMDB-RS), o deputado Adolpho de Oliveira (PL-RJ) e o deputado Konder Reis (PDS-SC).

REGISTRO

A pressão dos professores sobre os constituintes

Uma caravana de professoras e professores de São Paulo iniciou ontem um esquema de pressão sobre a Constituinte pela manutenção da aposentadoria aos 25 anos, para as mulheres, e aos 30 anos para os homens, elevada, respectivamente, para 30 e 35 anos no atual projeto de Constituição.

A idéia é manter um plantão permanente com a participação dos profissionais de ensino de todo o País, que se irão revezando diariamente, através do envio de caravanas sucessivas — segundo a professora Josefa Laurindo Roriz, que chegou com a primeira e voltará à noite para São Paulo, depois de passar o dia no Congresso Nacional, ajudando no trabalho de convencimento dos constituintes.

PARAIBA

O presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, deputado José Fernandes de Lima, assumiu o governo do estado, substituindo o governador Tarcísio Burity, que viajou ontem para o Sul do País, onde permanecerá durante uma semana.

Antes de transmitir o governo, Burity reuniu o secretariado e pediu o cumprimento das metas do seu governo e maior desempenho aos secretários, a fim de que o estado possa realizar seus planos de desenvolvimento em todas as regiões do interior da Paraíba.

Comissão mantém obrigatoriedade do diploma para profissões

por Andrew Greenlees de Brasília

Por 79 votos a 7, a Comissão de Sistematização confirmou ontem a possibilidade de a lei ordinária exigir o diploma universitário para o exercício da profissão. O caso dos jornalistas foi o centro dos debates.

Ficou mantida a redação do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), no parágrafo 9º do artigo 5º: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir".

Os deputados Antonio Brito, Artur da Távola e Cristina Tavares, todos do PMDB, subiram à tribuna para defender a formação superior na área específica em que a pessoa pretende atuar. Assim, para exercer as funções de jornalista, o profissional deverá ter cursado uma faculdade.

O deputado Fernando Gasparian, do PMDB paulista, classificou o dispositivo de "corporativista" e pediu que os constituintes votassem contra. Acolheram a solicitação os senadores Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes, José Paulo Bisol, José Richa, e os deputados José Serra e Antônio Carlos Konder Reis, do PDS.

A comissão aprovou ainda modificações na punição da tortura, classificada de crime "inafiançável e insuscetível de prescrição e anistia". A novidade foi a inclusão, entre os passíveis de julgamento, dos "mandantes, executores e os que, podendo evitá-la (a tortura) ou denunciá-la, se omitirem".

Direitos trabalhistas em pauta

por Andrew Greenlees de Brasília

Volta ao centro das negociações na Constituinte um dos capítulos mais polêmicos, o dos direitos trabalhistas, especialmente a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho. Hoje pela manhã, reúnem-se em Brasília os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, além do deputado Luis Ignácio Lula da Silva (PT-SP).

"Nosso papel é tentar chegar às 40 horas semanais e avançar no que for possível em relação à estabilidade, pa-

ra não termos demissões arbitrárias", adiantou ontem Meneguelli. Os trabalhadores defendem o texto do primeiro anteprojeto de Constituição, onde foram contempladas as 40 horas e a estabilidade a partir dos noventa dias de serviço.

O senador Albano Franco, por sua vez, argumenta que, "se for fechada a porta de saída, via estabilidade, fatalmente será fechada a porta de entrada para o emprego". O presidente da CNI diz que a entidade negociará a adoção da emenda popular encaminhada à Constituinte por associações empresariais do Rio Grande do Sul prevendo "indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço na forma da lei" nos casos de

demissão. Albano Franco levanta ainda a possibilidade de aceitar uma jornada de trabalho de 44 horas semanais em contrapartida à introdução da emenda popular gaúcha.

Caso as lideranças trabalhistas e empresariais não cheguem a um entendimento, a questão irá a voto na Comissão de Sistematização. O texto atual protege o trabalhador da "despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em contrato a termo, nas condições e prazos da lei, falta grave, assim conceituada em lei, e justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho".

O parágrafo 11 do artigo 5º, que estabelece a inviolabilidade da residência e do domicílio, sofre duas alterações.

Originalmente, o projeto Cabral ressaltava da regra da inviolabilidade os "casos de determinação judicial ou para prestar socorro às vítimas de crime ou desastre". Foi aprovado um destaque apresentado pelo deputado Aluizio Campos (PMDB-PE) que excluiu a expressão "às vítimas de crime ou desastre". Permaneceu, portanto, a exceção para os casos de determinação judicial e de prestação de socorro.

Outra exceção foi incluída no projeto por proposta do deputado Nelson Friederich (PMDB-PR): a hipótese do flagrante policial. O parágrafo 11, segundo Bernardo Cabral, ficará assim redigido após as modificações: "A residência e o domicílio são invioláveis, salvo nos casos de determinação judicial, flagrante delito ou para prestar socorro".

O parágrafo 12 do artigo 5º, que trata de inviolabilidade do sigilo de correspondência, foi objeto de grande polêmica. O projeto original prevê que o sigilo pode ser violado "por or-

dem judicial, nos casos e na forma que a lei estabelecer, para fins de instrução processual. O deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, pretendia suprimir a exceção à regra da inviolabilidade.

Sustentou que é tradição das constituições brasileiras estabelecer a regra absoluta do sigilo. A única exceção, ponderou, foi a Constituição autoritária de 1937. Abrir o caminho para a violação de sigilo, segundo ele, seria muito perigoso. Mas a emenda foi rejeitada por 63 votos contra apenas 21, que apoiaram alteração do texto.